

## **“DESDE SEMPRE TINHA QUE TER TIDO CATRACA”: etnografando materialidades, usos e sentidos da História na mobilização e (re)produção de elites jurídicas**

Tiago Heliodoro Nascimento<sup>1</sup>

### **Resumo**

Trata-se de uma etnografia realizada na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG entre o início de 2015 e o primeiro semestre de 2016, período em que conflitos em torno da instalação (ou não) de catracas na portaria desta unidade de ensino dividiu professores, alunos e funcionários. Lugar de formação de elites jurídicas desde sua fundação em 1892, a antiga “Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes” foi a primeira escola de Direito do estado, ostentando uma história de que se orgulham muitos de seus membros atuais. A partir de uma abordagem etnográfica de performances, discursos e materialidades recolhidas em experiências e publicações na faculdade, abordo o manejo da história por parte dos agentes que desejavam que o acesso aos espaços daquela unidade fosse controlado. Por fim, ao abordar como o repertório histórico “disponível” no ambiente da faculdade foi mobilizado como estratégia de afirmação no contexto daquele conflito, verifiquei que o hábito de chamar a faculdade de “Casa” ou uso de expressões como “Vetusta Casa de Afonso Pena” apontavam para um padrão de construção de redes e sociabilidades próprios das elites, o familismo.

**Palavras-chave:** antropologia das elites, elites jurídicas, história das elites, conflito.

### **Abstract**

This is an ethnography fulfilled at the “Faculdade de Direito e Ciências do Estado de Minas Gerais” (Law and Sciences of State school of Federal University of Minas Gerais state) between the beginning of 2015 and the first half of 2016, a period in which conflicts surrounding the installation (or not) of ratchets in the entrance of this unit of education divided teachers, students and staff. A place for the formation of legal elites since its foundation in 1892, the former “Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes” (Free Faculty of Law of Minas Geraes) was the state's first law school, boasting a history that many of its current members are proud of. Based on an ethnographic approach to performances, discourses and materialities collected from experiences and publications in college, I approach the management of history by agents who wanted access to the spaces of that unit to be controlled. Finally, in addressing how the "available" historical repertoire in the college environment was mobilized as a strategy of affirmation in the context of that conflict, I found

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em História pela PUC-Minas, mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAn) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atualmente em fase de doutoramento pelo mesmo programa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: tiagoohn@gmail.com

that the habit of calling the faculty of "Home" or use of expressions such as "Vetusta Casa de Afonso Pena" (old house of Afonso Pena) pointed to a pattern of building networks and sociabilities of the elites, the familism.

**Keywords:** anthropology of the elites, legal elites, history of elites, conflict.

## Introdução

Este artigo é um desdobramento da dissertação de mestrado “*O Direito em disputa: uma etnografia na Casa de Afonso Pena*”, estudo realizado a partir de experiências vividas na Faculdade de Direito e Ciências do Estado (FDCE) da UFMG entre o início de 2015 e o primeiro semestre de 2016. Entendendo o campo jurídico como o espaço social onde agentes investidos de competência técnica disputam “o direito de dizer o direito” (BOURDIEU, 1989, p. 212), inicialmente propus estudar a produção do “idioma do Direito” a partir de uma etnografia das práticas formais de ensino daquela instituição. Compreendendo que ao deixar de ouvir e reconhecer os argumentos de certos grupos sociais o operador do Direito os subalterniza (SPIVAK, 2014), retirando de seu alcance uma importante forma de agenciamento, a proposta de uma etnografia das práticas de ensino possuía como questão a relação entre Direito e Diferença. Logo nos primeiros meses de campo, no entanto, a FDCE mostrou-se um espaço social extremamente conflituoso, deslocando a pesquisa de seu foco inicial – estudos de manuais e salas de aulas – para a investigação das lutas pelo Direito em outros espaços daquela que é também chamada de “Vetusta Casa de Afonso Pena”, uma das escolas de Direito mais antigas e tradicionais do país. Enriquecida, a meu ver, pela abordagem dessas experiências de formação menos formais, a pesquisa acabou por se configurar uma abordagem antropológica do Direito realizada a partir de uma etnografia das relações, materialidades e discursos em um ambiente majoritariamente frequentado por elites.

Neste artigo tratarei de um dos vários conflitos que etnografei na dissertação, mais precisamente focalizando os embates acerca da implementação de controle de acesso através de catracas na portaria daquela unidade de ensino<sup>2</sup>. De certa forma, este artigo apresenta as reflexões e experiências de campo que fizeram da minha etnografia uma abordagem sobre lógicas de distinção e afirmação de elites, em especial, destacando o papel da (re)produção historiográfica no contexto dessas dinâmicas.

## A Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG

Atualmente, junto com os cursos oferecidos no Campus Saúde e na Escola de Arquitetura, a graduação em Direito é uma das poucas oferecidas pela UFMG fora de seu

<sup>2</sup> O prédio da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG está localizada no centro de Belo Horizonte. Em função desta localização, a circulação de pessoas no prédio daquela unidade não se restringe aos funcionários, professores e estudantes dos cursos de Direito e Ciências do Estado, curso que a UFMG oferece desde 2009.

principal espaço, o Campus Pampulha. Oficialmente localizada na Avenida João Pinheiro, número 100, no centro de Belo Horizonte, até o final do ano de 2015 a Faculdade de Direito e Ciências do Estado tinha também entrada pela avenida Álvares Cabral, na região da praça Afonso Arinos. O fechamento desta portaria foi um dos efeitos dos intensos conflitos ocorridos naquela faculdade após repercutir na imprensa denúncias como essa, exposta no jornal *O Tempo*:

[...] o pátio no pilotis [na verdade conhecido como Território Livre] da faculdade de direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que um dia abrigou manifestantes contrários à ditadura militar, hoje serve como ponto de encontro de adolescentes usuários de drogas. (MIRANDA, 2015).

O aumento do efetivo da guarda universitária na entrada e no interior do prédio, assim como a instalação de catracas e controle de acesso na portaria da avenida João Pinheiro foram outros efeitos da “necessidade de criar melhores condições de segurança para a comunidade acadêmica” (PORTARIA N°4/2016<sup>3</sup>). Aprovadas pela reunião de congregação do dia 6 de novembro de 2015, tais medidas não eram unanimidade, e só foram implementadas após intensos conflitos durante todo o segundo semestre de 2015, dividindo alunos, professores, funcionários e outros frequentadores da FDCE. Foi em meio a estes conflitos que iniciei meu trabalho de campo na faculdade, até então interessado em realizar uma etnografia somente do curso de Direito.

Fundada na cidade de Ouro Preto como “Faculdade de Livre Direito de Minas Geraes” em 1892 por um grupo de juristas “liderados” por Afonso Augusto Moreira Pena (como conta o portal da FDCE baseado em trabalhos de dois professores da *Casa*<sup>4</sup>), o nascimento da faculdade é anterior ao marco da invenção da cidade de Belo Horizonte (1897) e da própria UFMG (1927). Transferida para a nova capital em 1898, ocupa o atual endereço desde o ano de 1901.

Entretanto, quem vai hoje ao número 100 da avenida João Pinheiro já não se depara com mesma construção de 1901, demolida em 1958 para dar lugar ao “Edifício Villas-Bôas”, onde ocorrem as aulas dos cursos de graduação em Direito e em Ciências do Estado. Este edifício, cujo nome homenageia o ex-diretor da faculdade que o inaugurou, foi posteriormente anexado tanto ao edifício Valle-Ferreira, em 1990, onde são ofertados atualmente os cursos de pós-graduação, como também anexado ao Edifício-sede da Biblioteca, inaugurado em 1998.

<sup>3</sup> Portaria que regula o controle de acesso na FDCE, em vigor desde 20 de janeiro 2016.

<sup>4</sup> HORTA, 1994; DERZI, 1976.

Além de nomear experiências e sensações, é a este complexo de três construções que se pode chamar “Casa de Afonso Pena”, “Vetusta Casa de Afonso Pena”, ou simplesmente “Vetusta” ou “Casa”, como logo percebi após passar a frequentá-la<sup>5</sup>.

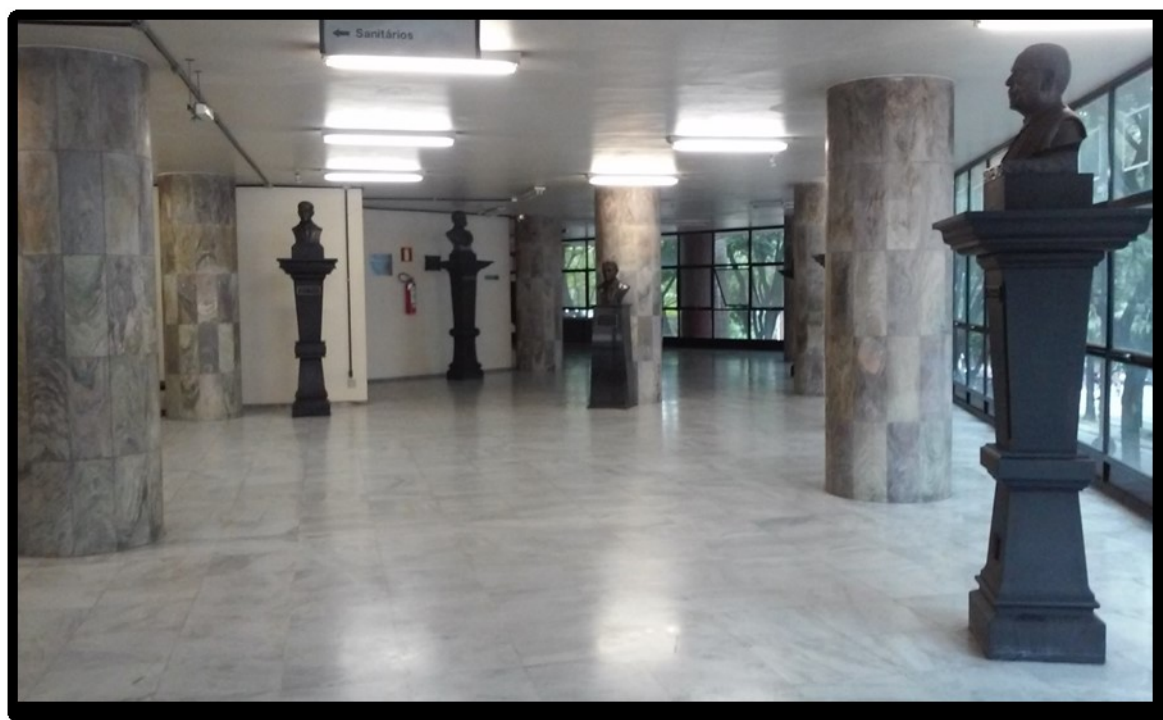
Com seus atuais 125 anos de existência, a Casa de Afonso Pena foi e continua sendo instituição formadora de pessoas com papel destacado nos principais eventos da história republicana do país. Seus fundadores, como o próprio Afonso Pena, ocuparam também importantes cargos na Monarquia de Dom Pedro II. Como define um de seus filhos mais ilustres, o ex-aluno e ex-ministro do Superior Tribunal Federal Carlos Velloso, a Casa de Afonso Pena é verdadeira “Sementeira de homens públicos” desde os primeiros dias de seu nascimento (VELLOSO, 2013).

Para mencionar apenas os mais conhecidos, nas listas de ex-alunos e ex-professores da faculdade são encontrados ex-presidentes da República e ex-governadores do estado de Minas Gerais como Artur Bernardes, Francisco Salles, Raul Soares, Milton Campos, Bias Fortes, Hélio Garcia, Tancredo Neves e o próprio Afonso Pena, alguns deles tendo ocupado ambos os cargos. Inúmeros são também os que ocuparam cargos de prefeito, ministros do Superior Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, reitores de universidade, os que ocuparam cadeiras nas Academias Mineira e Brasileira de Letras, sem falar dos incontáveis procuradores, desembargadores, juízes, embaixadores, assessores, escritores e outros que se projetaram em cenários não necessariamente ligados às carreiras jurídicas (HORTA, 1978; 1994).

Mais recentemente, pode-se mencionar o ex-governador de Minas Gerais e hoje senador eleito pelo mesmo estado Antônio Augusto Junho Anastasia. Ex-aluno condecorado com o prêmio Barão de Rio Branco em 1983 (prêmio até hoje oferecido ao bacharel que mais se destacou entre os formandos pela Faculdade de Direito) e atualmente na condição de professor licenciado da FDCE, Anastasia foi o relator do processo de impeachment no senado federal contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Há ainda o exemplo da ministra do STF Carmem Lúcia. Atual presidente daquele tribunal, Carmem Lúcia obteve seu diploma de mestrado pela Faculdade de Direito da UFMG.

<sup>5</sup> Ex-aluno e “estudioso da trajetória da Faculdade”, Marcos Henrique Caldeira Brant, em reportagem do jornal Estado de Minas sobre os 120 anos da Escola, explica que a palavra Vetusta “significa ‘antiga’ e também ‘venerável e respeitosa’” (WERNECK, Gustavo. **Escola de líderes e de excelência na área do direito comemora aniversário em BH**. Estado de Minas, Gerais, 27 de out. de 2012.)

Como ponderou Canêdo (1994, p. 86), contrariando a afirmação de um ex-deputado<sup>6</sup>, “os políticos mineiros escreveram sua memória”, deixando-as não apenas escondidas nas genealogias, mas também “registrada nos objetos, isto é, nas estátuas erigidas em honra a seus ancestrais políticos, nos prédios públicos com seus nomes de família gravados e misturados com retratos de antepassados”. Como se vê pelos nomes de ruas, praças e prédios mencionados acima, a Faculdade de Direito e Ciências do Estado é um ótimo exemplo dessa tradicional prática das elites. A história de muitos desses e outros personagens que compuseram seus 125 anos está ainda materializada em revistas, placas<sup>7</sup>, quadros e bustos, como os que estão localizados no segundo andar da faculdade, em um espaço denominado “panteão dos sábios” (figura 1).



**Figura 1 - Panteão dos Sábios.**

**Fonte: Fotografia do autor**

Concordo com Canêdo (2011, p. 58) quando, em artigo mais recente, a autora avalia que práticas como a produção de genealogias fazem “parte de um quadro herdado que se

<sup>6</sup> “‘Político mineiro não escreve. O arquivo mineiro está na memória’, disse Eugênio Klein Dutra, um experimentado homem político de Minas Gerais”. (CANÊDO, 1994, p. 85)

<sup>7</sup> Além das placas que relembram turmas de formandos de diversas épocas e contextos, espalhadas em diversos espaços da FDCE, a faculdade traz ainda, sobre a porta de cada uma das salas de aulas dos cursos de graduação, o nome de um dos antigos “lentes”, isto é, dos primeiros professores da “Faculdade de Livre Direito de Minas Geraes”.

projeta num futuro: ela torna presente o passado, pensando-os num futuro imutável”. A produção de um passado (*historio-grafia*), portanto, tem a ver com o presente, e deve ser vista como uma das armas que os atores mobilizam nas lutas em que se encontram envolvidos. Em alguma medida, trata-se aqui de apontar para as formas e efeitos dessa mobilização. Através de uma abordagem etnográfica de alguns “lugares de memória”<sup>8</sup> localizados e ou associados à FDCE, bem como de situações em que este passado foi acionado durante minhas experiências de campo, tratarei a história como estratégia de mobilização de elites. Neste sentido, minhas experiências de campo parecem confirmar a análise de Heymann (2011, p. 85), segundo a qual “os investimentos na memória - projetos institucionais, comemorações, homenagens -, visam ancorar no passado as posições que os protagonistas desses investimentos ocupam no presente ou pretendem ocupar no futuro”.

Ciente de que partes importantes do conflito em torno da implementação de controle de acesso através de catracas na portaria da FDCE serão prejudicadas, neste artigo colocarei o foco na reunião de congregação que decidiu pela instalação do equipamento “de segurança”. Ficarão prejudicadas, principalmente, as dinâmicas relacionadas ao “crescimento do problema”, ou seja, os debates e enfrentamentos que levaram à realização desta reunião.

### **Reunião de Congregação: “é a família Casa de Afonso Pena que está se perdendo”**

A Sala da Congregação da FDCE fica localizada no 2º andar do prédio da pós-graduação, no edifício Vale Ferreira, cuja entrada também era possível pela avenida Álvares Cabral. Desde o fechamento desta portaria, no início de 2016, o acesso àquela sala e a todo o restante deste prédio ficou limitado ao corredor que liga o edifício Vale Ferreira tanto ao prédio da graduação quanto ao da biblioteca.

Nesses corredores de ligação entre as edificações, algumas placas de metal são encontradas pelas paredes (figura 2). Enquanto duas delas homenageiam as primeiras turmas formadas no Curso de Ciências do Estado (2012 e 2013), o restante é dedicado à celebração dos 120 anos da Faculdade de Direito, comemorado em 2012. Ao atravessar o corredor, já no espaço do primeiro andar do edifício Vale Ferreira, entre outras placas encontramos

---

<sup>8</sup> Como “lugares de memória” compreendo o sentido que lhe foi conferido por Heymann (2011), por sua vez inspirada pelas abordagens de Pierre Nora. Segundo Heymann (2011, p.78), enquanto “lugares de memória” “podemos elencar uma variedade de instituições, celebrações e dispositivos, dos memoriais às biografias, dos livros didáticos aos monumentos, por meio dos quais, de maneira geral, as elites registram, celebram e preservam a sua memória”.



lembranças da “Turma do Terceiro Milênio” (agosto de 2001), assim como listas com as turmas “do centenário”, tanto da faculdade (1992) quanto da cidade Belo Horizonte (1997).

Na chegada ao segundo andar, onde fica a Sala da Congregação, encontramos mais homenagens, uma das primeiras visões que se tem após adentrar o corredor são dos seis quadros notados na fotografia abaixo (figura 3), cada um deles emoldurando imagens de reitores da UFMG oriundos da Faculdade de Direito.



**Figura 2 - Corredor de acesso ao edifício Vale Ferreira.**  
**Fonte: Fotografia do autor**





**Figura 3 - Quadros com os ex-reitores.**

**Fonte: Fotografia do autor<sup>9</sup>**

Na imagem acima, enquanto à esquerda temos um corredor que direciona à Sala da Congregação, na saída à direita da parede de madeira temos o acesso para a Diretoria da FDCE e a uma sala de reuniões. Nas paredes desta última sala, cada diretor da faculdade desde sua fundação em 1892 é representado por um quadro com a pintura de seu rosto (figura 4).

---

<sup>9</sup> Da esquerda para a direita: Francisco Mendes Pimentel, Francisco José de Almeida Brant, Mário Casasanta, Lincoln Prates, Orlando Magalhães Carvalho e Gerson de Brito Mello Boson.



**Figura 4 - Quadros com os ex-diretores.**

**Fonte: Fotografia do autor**

Na manhã de 6 de novembro de 2015, detalhes como esses ainda não estavam em meu horizonte de pesquisa, tampouco a ideia de assistir a alguma reunião de congregação. A ideia de “Casa”, assim como os processos que podiam ser relacionados a sua “construção simbólica” ainda não eram, em si, um problema de pesquisa. Conforme eu fazia há algumas semanas, naquela sexta-feira eu estava na faculdade para acompanhar algumas aulas, etnografar práticas de ensino e abordagens do Direito. No entanto, ao saber da realização daquela reunião fiquei instigado. Cuidei apenas de me certificar que a reunião era de acesso público e decidi sair um pouco mais cedo de uma das aulas a fim de chegar à Sala de Congregação na hora marcada para a reunião, às onze horas da manhã.

Embora os quadros dos ex-reitores no corredor de acesso tenham chamado a minha atenção tão logo cheguei ao segundo andar, certamente eles não foram tão impressionantes quanto a imagem de Afonso Pena dentro da Sala da Congregação, posicionada atrás das cadeiras onde se assentam os membros daquela assembleia. Assim como as outras fotos apresentadas neste artigo, a imagem abaixo (figura 5) foi recolhida em março de 2016, alguns meses depois daquela reunião. A partir dela pode-se ter um pouco da dimensão do quadro do patrono da faculdade perante aqueles que se reúnem naquele espaço.



**Figura 5 – Quadro de Afonso Pena na Sala da Congregação.**

**Fonte: Fotografia do autor**

As anotações que registrei acerca da reunião foram tomadas do fundo da sala, de uma das cadeiras de madeira escura e aspecto antigo, posicionadas de frente para o cenário apresentado pela imagem acima. Indício do quanto fui impressionado pela profusão de símbolos encontrados naquele espaço são os desenhos registrados no diário de campo que utilizei para anotar as experiências daquele dia, certamente insuficientes para representar uma série materialidades ali presentes. Tal como fui percebendo aos poucos, mais do que uma simples decoração aqueles artefatos eram verdadeiros agentes de uma visão de mundo.

Por isso, quando voltei à Sala da Congregação em março de 2016, fotografei não apenas o enorme quadro de Afonso Pena, mas também a tribuna, as bandeiras próximas a ela e os dois bustos, um em cada lado da sala. “Acho que são Platão e Kant”, alguém me disse sem muita certeza. De todo modo, ao menos durante a “reunião das catracas” aquele vento racionalista era ainda reforçado por outro sentido, uma vez que sentada à minha frente uma jovem trazia na nuca uma pequena tatuagem, “cogito, ergo sum” (penso, logo existo).



**Figura 6 – Cadeiras da Sala da Congregação e um dos bustos.**  
Fonte: Fotografia do autor



**Figuras 7 – Celso Agrícola Barbi.**



**Figura 8 – Cadeira Raul Machado Horta.**

Fonte: Fotografias do autor

Embora no dia da reunião de congregação eu não tenha tido a oportunidade de conhecer e fotografar todos os detalhes que agora recupero com fim de abordá-la, o fato de que cada cadeira trazia gravada à altura do encosto da cabeça o nome de antigos professores da Faculdade de Direito me foi revelado naquele mesmo dia.



Durante o período de deliberações, já pelo meio da reunião, ao argumentar em defesa da instalação das catracas, um professor que nunca deixava de se referir à congregação senão como “egrégia” fez menção ao nome registrado na cadeira onde estava sentado. “Aqui onde estou assentado, na cadeira do professor Célio Goyatá”, disse, logo após se levantar, tocar na cadeira e olhar para a janela, “é visível o que tá acontecendo”. Da posição onde estava, segundo ele, era possível enxergar pessoas passando, “pessoas que não pertencem à comunidade desta faculdade de direito passando”.

Além do voto de uma professora e do representante dos estudantes da pós-graduação, os poucos votos contrários à instalação de catracas na portaria da FDCE foram das representações estudantis, CAAP e CACE<sup>10</sup>, que desde o início de 2015 eram alvos de protestos dos estudantes que acreditavam que o controle de acesso era o melhor caminho para a construção de “uma Vetusta segura, agradável e acolhedora para todos” (MOVIMENTO TERRITÓRIO LIVRE, 6 nov. 2015).

Principal oposição às posturas dos centros acadêmicos, o Movimento Território Livre foi o maior articulador dos estudantes que apoiavam a instalação de catracas na portaria da FDCE. Um dos principais responsáveis pela construção da imagem do “externo” (aquele que não pertence à comunidade da FDCE), segundo a descrição de sua página no Facebook o movimento se definia como um grupo “organizado por alunos e ex-alunos da Faculdade de Direito e CE da UFMG que estão insatisfeitos com o atual estado em que a Vetusta se encontra” (MOVIMENTO TERRITÓRIO LIVRE, maio. 2015). Notabilizando-se por fazer uso de expressões identitárias como “vetusta”, após um incidente ocorrido dentro da faculdade em setembro de 2015 o grupo publicou uma nota de repúdio em que fazia a seguinte pergunta: “Onde está o órgão de representação discente quando um aluno *da casa* é furtado e covardemente agredido dentro da faculdade?” (MOVIMENTO TERRITÓRIO LIVRE, 29 set. 2015 – grifo meu). Definitivamente, segundo me parece, a frase acima não precisava “da casa” para ser compreendida. Para algumas pessoas, como se vê, a FDCE representava mais do que um complexo de edifícios que davam suporte para a oferta de cursos de Direito e de Ciências do Estado.

Durante as deliberações, embora discordassem quanto à forma, ambos os lados concordavam que alguma medida precisava ser tomada para resolver a sensação de

<sup>10</sup> Respectivamente “Centro Acadêmico Afonso Pena” e “Centro Acadêmico de Ciências do Estado”. Fundado em 1908, o CAAP é o mais antigo centro acadêmico de Minas Gerais.

insegurança sentida por uma parcela dos estudantes, professores e funcionários da FDCE. Associada ao aspecto da faculdade, notadamente às pichações, essa sensação era sobretudo relacionada ao aumento da frequência de “pessoas externas à faculdade” e que estariam usando uma parte do Território Livre<sup>11</sup> para consumo e venda de drogas ilícitas.

Tendo recebido mais visibilidade desde meados de 2015, quando noticiado amplamente pela imprensa de Belo Horizonte, este “problema” foi um dos responsáveis pela emergência da discussão sobre a instalação de catracas na portaria da FDCE, segundo eu soube, uma proposta que já havia aparecido em outras oportunidades, mas que nunca tinha reunido em torno de si tanta força de mobilização. É mais ou menos por esta época o registro da criação da página do Movimento Território Livre no Facebook (MOVIMENTO TERRITÓRIO LIVRE, maio. 2015).

Segundo a argumentação dos congregados que representavam as pessoas contrárias às catracas, em uma reunião de congregação realizada ainda no início daquele mesmo ano (2015) uma comissão de segurança havia sido montada. Explicaram que a partir de um grupo formado por professores, estudantes e servidores da FDCE as questões relativas à segurança da unidade teriam sido discutidas, e um plano de ação para enfrentá-las já havia sido elaborado. Nesse sentido, defenderam que antes de discutir a possibilidade de instalação de catracas, que se implementassem as medidas sugeridas por esta Comissão. Aquelas representações acusavam a diretoria da faculdade de ignorar o relatório então elaborado, alegando que o mesmo já estava de posse dos diretores desde junho de 2015. Sugeriam, portanto, que a “escalada de violência” do segundo semestre, então descrita pelo diretor da faculdade na abertura da reunião, era, inclusive, resultado da desconsideração das sugestões contidas no relatório da Comissão. E questionaram: de onde viria o dinheiro para a proposta de instalação de catracas se medidas como iluminação, câmeras e pintura haviam sido rejeitadas sob o argumento de falta de condições financeiras?

Diante do cenário de iminente derrota, verificado desde o início da reunião tanto pela composição da assembleia quanto pelo modo de marcação daquela reunião (em caráter “emergencial”), os grupos contrários às catracas tentaram propor o entendimento de que adotar controle de acesso não significava instalar catracas. E a partir daí a defender que, uma vez aprovada, a forma de controle fosse posteriormente discutida. Sugeriram também que a

<sup>11</sup> Nomeado “Território Livre José Carlos da Mata Machado” em homenagem ao ex-presidente do CAAP assassinado pelo Estado da ditadura civil-militar em 1973, este pátio fica localizado no terceiro andar da FDCE.

guarda universitária fosse treinada para evitar práticas racistas e machistas de abordagem e identificação dos frequentadores da faculdade. Foram respondidos pelo diretor que isto não estava na pauta e que além disso a função daquela guarda era somente patrimonial, e a reunião foi encerrada sob aplausos e gritos de alegria proferidos por boa parcela das pessoas que estavam naquela sala.

Pelo menos em alguns dos pronunciamentos realizados naquela reunião, o “familismo” correspondente ao discurso da “Casa” era presente. Uma professora recuperou seus “25 anos nessa escola” para dizer que nunca imaginou ver no Território Livre as coisas com as quais estava se deparando. Sobretudo numa faculdade de Direito, lugar das melhores pessoas, das melhores mentes, segundo ela. Argumentando que a faculdade estava degradada, ela ponderou que era preciso “*resgatar a escola* como um lugar agradável”. De forma semelhante, outra professora disse que já havia deixado de se preocupar com a pichação, o que ela não admitia era ter “*medo de circular na Casa onde vivia há mais de 30 anos*”.

Mais eloquente, no entanto, o discurso daquele professor que evocou o nome gravado na cadeira onde estava sentado permitia não apenas perceber com mais nitidez que *uma Casa* enquanto sentimento de pertencimento existia, mas também que por ali haviam aqueles que o combatiam. Em seu discurso, embora tenha dito que entendia o “trololó ideológico” de quem dizia que chamar a faculdade de Casa era patrimonialismo, logo em seguida ele argumentou que sob os conflitos em torno daquelas questões era “a família Casa de Afonso Pena” que estava se perdendo. Contundente, performático, disse ainda que “desde sempre tinha de ter tido catraca” pois “a experiência da faculdade tem que ser uma experiência estética”. E completou: “nós precisamos recuperar a Faculdade de Direito pra ela mesma, se não nós vamos nos esquecer do que é a Faculdade de Direito, a história vai pedir isso de nós”, concluiu.

Alguns meses depois, em março de 2016, no mesmo dia em que tive a oportunidade de fotografar o ambiente e os artefatos que me chamaram a atenção durante a experiência vivida naquela reunião, fotografei no Território Livre outro efeito daqueles debates (figura 9). Além das catracas na portaria da FDCE, grades haviam sido instaladas no espaço sob o prédio da biblioteca, exatamente no lugar onde o jornal *O Tempo* “flagrou diversos grupos de jovens se drogando e tendo acesso à maconha no próprio prédio da UFMG” (MIRANDA, 2015). Além das grades, uma folha de papel (centro da foto) registrava talvez um pequeno protesto: “*Disciplina optativa*”, “*DIN – 171*”, “*Tópicos em Direito Processual Penal: experiências*



*carcerárias subjetivas”.*



**Figura 9 – Grades no “Lado B”.**  
**Fonte: Fotografia do autor.**

Se o pequeno protesto na folha de papel, os grafites e as pichações que vemos na fotografia acima podem indicar outras iniciativas de apropriação e produção do espaço da FDCE, em certa medida opostas aquelas relacionadas às ideias de “Casa” e “Vetusta”, por outro lado, uma outra fotografia registrada nesse mesmo dia aponta para a força que estas perspectivas ainda possuem. Ali perto das grades, em uma das paredes do Território Livre, diferentemente de outras placas encontradas pelos catorze andares da FDCE, a placa registrada pela figura 10 (logo abaixo) me pareceu interessante exatamente por não dissimular que o registro do passado (ou do presente, no caso) é uma forma de produção de futuro. Efetivamente, o papel deste lugar de memória é “garantir” o futuro. Em certo sentido, trata-se tanto de uma placa *do* futuro quanto uma placa *ao* futuro.



**Figura 10 – Placa da Turma Professor Celso Barbi Filho.**  
**Fonte: Fotografia do autor**

Seu conteúdo, além de projetar a existência da instituição ao homenagear antecipadamente os 150 anos da faculdade, projeta algum capital simbólico às pessoas e interesses ligados ao nome do professor Celso Barbi Filho. Endereçada aos herdeiros, ela pode ser lida como uma prática de gestão (material-discursiva) de legados. Pois é preciso que ele permaneça reconhecido como alguém importante para que aquilo que ele e sua turma disseram em 2003 continue interessando às pessoas de 2042. A família dos Barbi, aliás, não é lembrada na faculdade somente pelo nome do filho. Seu pai, Celso Agrícola Barbi, tem seu nome registrado no encosto de uma das cadeiras da congregação (figura 7).

### **FDCE 120 anos: as revistas da faculdade e a (re)produção da Casa de Afonso Pena**

Na escola o ambiente era o melhor possível. Alunos, professores e funcionários formavam uma família unida. (DOYLE, 2012, p. 30)

Pois *Afonso Penna* lançou mão desse dinheiro, adquiriu o lote e construiu um majestoso prédio, de elegante traçado, para abrigar de modo definitivo a Escola que fundara em Ouro Preto e que trouxera para a nova Capital. *Dáí nasceu a feliz*

*expressão, identificação sagrada, não mais do prédio, porque este veio a ser demolido, mas do lugar, da Casa de ensino que ali permanece, abrigando a nossa Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais: A Vetusta Casa de Affonso Penna. É também por isso que este artigo, a título de justa comemoração dos cento e vinte anos da Faculdade de Direito em Minas, quer deixar registrado que Affonso Penna foi, por duas vezes, o criador da primeira Faculdade de Direito em Minas Gerais. (SILVA, 2012, p. 188, grifo meu)*

Transformar a utopia de Afonso Pena, de Orlando Carvalho, de Alberto Deodato, de Washington Albino e de José Alfredo de Oliveira Baracho em uma realidade viva é a tarefa que nos incumbe. (HORTA, 2012, p. 215)

Além das placas, apelidos e outros discursos que são postos em circulação pelo ambiente da FDCE, são lugares de memória que sustentam discursos como o proferido pelo professor para defender seu ponto de vista as produções das revistas publicadas pela própria faculdade. Assim, neste momento me dedico a analisar alguns textos publicados pela edição comemorativa da Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP)<sup>12</sup> destinada às comemorações pelo aniversário de 120 anos da fundação da antiga Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes. Eventualmente, e apenas para destacar a recorrência de algum sentido ou valor, recorrerei também a textos de edições mais antigas. Notadamente, à discursos publicados em função das comemorações dos 85 e 100 anos da instituição.

Se levarmos em conta somente a leitura das edições comemorativas das revistas da FDCE, temos a impressão que a história da faculdade é a história de um ambiente quase sempre agradável, praticamente sem conflitos, no qual se formaram muitas pessoas importantes e geniais, às quais, tendo sempre em mente o grandioso legado de Afonso Pena, formaram pessoas igualmente importantes e geniais, garantindo que a Casa, no futuro, não terá outro destino senão ser o que foi e é, uma das mais importantes instituições de ensino de Direito do Brasil<sup>13</sup>. Se entendermos as produções de “lugares de memória” (HEYMANN, 2011, p. 78) como práticas de “gestão de legados” (*idem*, p.79), podemos afirmar que os

<sup>12</sup> A RBEP é a Revista da Pós Graduação da Faculdade de Direito, e é editada desde 1956. Segundo informações de seu site oficial, a revista é publicada duas vezes ao ano e tem tiragem de 1200 exemplares, e “é distribuída em todo o mundo, chegando a mais de 1000 Universidades e Instituições de Pesquisa nas Américas, África, Europa e Ásia, tendo se tornado uma referência mundial para pesquisas relativas a instituições, problemas e vivências político-jurídicas latino americanas”.

<sup>13</sup> Recentemente, em setembro de 2016, o jornal Folha de São Paulo apontou o curso de Direito da UFMG como “o melhor do país” (RANKING cursos de direito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2016. RUF. Acesso em: 04 jan. 2017). Em destaque no site da FDCE desde então, a notícia é acompanhada pela parabenização de “todos os alunos, professores e servidores”. Em declaração ao Portal da OAB-MG, o atual diretor da faculdade argumenta que “a primeira colocação é o reconhecimento do trabalho desenvolvido durante os 125 anos de existência. ‘O engajamento dos alunos no projeto de fazer um curso de excelência e o ambiente democrático da faculdade foram questões preponderantes para a conquista do primeiro lugar’” (RANKING aponta Faculdade de Direito da UFMG como a melhor do Brasil. [Belo Horizonte]: **OAB Minas Gerais**, 22 set. 2016. Acesso em: 04 jan. 2017).

conteúdos coordenados pelas revistas da faculdade gerenciam muito bem a “consagração da trajetória” da instituição e de seus personagens. Sem o registro de desvios ou de grandes embates, a trajetória da faculdade não é senão de consagração.

Recheada de “pioneiros”, “maiores” e “mestres”, tal como definiu o ex-presidente do STF Carlos Mário da Silva Velloso, a história da Casa “que carinhosamente chamamos de Casa de Afonso Penna”,

(...) demonstra que ela tem sido escola de líderes e de excelência, por isso mesmo admirada e querida, do que podem orgulhar-se os seus dirigentes, os seus professores, os seus alunos, os seus servidores. (VELLOSO, 2013, p. 17)

Exceto por dois artigos de autoria do historiador Luiz Arnaut<sup>14</sup>, todos os textos encontrados nas revistas destacadas para análise foram assinados por “egressos” da Casa. Desta forma, precisamente, tratarei aqui daquilo que a edição comemorativa da RBEP denominou “Memorabilia”, de “reflexões de caráter memorialístico” (MATOS, 2012, p. 3). Espécie de inventário de memórias, os textos das edições selecionadas me pareceram extremamente ricos para os objetivos deste trabalho. Em um lugar onde a história é um operador tão ativo, a possibilidade de definir o “conjunto de coisas ou acontecimentos memoráveis” é uma arma poderosa.

“Uma homenagem aos que fizeram *essa história* e aos que agora nela ingressam.” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS, Capa, 2012, grifo meu). Indicando que “a faculdade” tem a história como um valor esta é a frase que abre a edição comemorativa da RBEP. Localizado na capa da publicação, o enunciado é um indício de que não haverá crítica ou revisão à história que justifica todo o aparato “decorativo” que preenche corredores, salas e ao redor da faculdade. De fato, como a leitura de seu conteúdo acaba por confirmar, trata-se de uma “demonstração de veneração e respeito” por “essa história”, de sua reafirmação, da produção de mais um ponto – poderoso – de reprodução e legitimação de discursos como os relacionados à ideia de Casa, por exemplo.

Logo no texto de Apresentação, manifestando o mesmo sentimento de pertencimento da associação “Amigos da Vetusta”<sup>15</sup>, a “Comissão responsável pelas comemorações dos 120

<sup>14</sup> Luiz Arnaut é autor da dissertação de mestrado “Reinado do Direito – Minas Gerais (1892-1911)”, defendida no programa de história da USP em 1997, relativa ao papel do Direito nos primeiros anos da República no estado de Minas Gerais.

<sup>15</sup> Segundo seu próprio site, trata-se de uma associação “sem fins lucrativos” que “através de um fundo perpétuo formado a partir de recursos oriundos da colaboração da sociedade civil, cujos rendimentos serão aplicados para incentivar oportunidades de educação e inovação na comunidade acadêmica da Faculdade de Direito da UFMG”.

anos da Faculdade” (MATOS, 2012, p. 4) explica da seguinte maneira os princípios que nortearam as escolhas desta edição:

Uma atitude *indiscutivelmente* recorrente entre aqueles que já frequentaram a Casa de Afonso Pena, como a Faculdade de Direito da UFMG é carinhosamente chamada por aqueles que por ela passaram, é a preservação de laços de carinho e apreço pela Escola, os quais não se desfazem com o passar dos anos. A constatação desse fato levou-nos à iniciativa de convidar alguns dos seus ilustres ex-alunos e professores para escrever sobre a Faculdade que sempre será deles. (MATOS, 2012, p. 3).

Neste trecho, além de destacar o uso da expressão Casa de Afonso Pena, chamo a atenção ainda para a construção da faculdade como um lugar agradável. Esta imagem, se não é evocada explicitamente em todos os textos selecionados para esta edição, também não é desacreditada. Embora a revista justifique que os autores convidados variem nas “épocas e contextos”, a julgar pela leitura dos artigos, na concepção dos editores desta edição somente os ex-alunos e professores afetados pelo “poder afetivo que a faculdade magicamente exerce sobre nós” (MATOS, 2012, p. 3) teriam algo de memorável a registrar.

Se no trecho da revista que destaquei acima ressoam as palavras de uma organização de ex-alunos da faculdade, a frase que fecha a Apresentação da revista – “*Desejamos vida longa e feliz à Vetusta e a seus “filhos”. Onde quer que estejam, é conosco nesta Casa que sempre estarão*” (MATOS, 2012, p. 4) – faz eco aos atuais estudantes reunidos em torno da Associação Atlética da Faculdade de Direito. Em texto publicado no Facebook, em comemoração pelo oitavo título dos Jogos Jurídicos Mineiros, a organização estudantil evoca sentimentos de identidade muito semelhantes aos expressados pela revista:

(...) Sozinhos somos apenas um, mas juntos somos um só. Dentro dessa camisa todos vocês são e serão sempre do tamanho que desejam ser. Todos vocês são heróis, um a um. Todos por um, todos pela Vetusta! Somos uma casa dentro de um prédio. É um sentimento indescritível, difícil de nomear, afinal, amor nunca foi fácil de explicar. Somos o passado brilhante, o presente gigante e o desafio de mantê-lo. Entre tantos, somos Vetusta. Parabéns a todos os atletas por mais uma conquista! Octacampeão dos Jogos Jurídicos Mineiros 2015! (ATLÉTICA DIREITO UFMG, nov. 2015).

Na sequência da revista comemorativa, títulos como “Ali plantei os meus melhores sonhos” (DIAS, 2012), “O primeiro dia ninguém esquece” (DOYLE, 2012) e “O melhor caminho: lembrança da Faculdade de Direito da UFMG” (VAZ, 2012) – todos da seção

---

Além de investir em alunos da FDCE “a Associação Amigos da Vetusta pretende possibilitar que, cada vez mais, o sentimento de pertencimento à Vetusta se fortaleça e se perpetue, mesmo após a graduação, propiciando o estreitamento e o fortalecimento dos laços que ligam a Vetusta a seus alunos.” (AMIGOS DA VETUSTA, [20--]).



Memorabilia – são apenas os que mais explicitamente expressam os sentimentos a respeito da faculdade, os quais, no entanto, também serão encontrados na segunda seção da revista, chamada simplesmente de “Artigos”. Reunindo “colaborações de feição acadêmica” e questões relativas à história e a personagens da faculdade, esta parte da revista inclui ainda “alguns textos dedicados a antigos professores da Casa” (MATOS, 2012, p. 3-4). A maioria dos artigos publicados nesta seção trata de apresentar ao leitor a importância de professores da faculdade em avanços teóricos em algumas disciplinas, destacando sobretudo “o pioneirismo” de alguns de seus “mestres” para o desenvolvimento de campos do Direito no Brasil.

Ainda na seção Memorabilia, destaco a presença do compositor, cronista e ex-aluno Fernando Brant. Conhecido parceiro musical de Milton Nascimento, Fernando Brant é representante de uma linhagem importante dentro da história da Faculdade de Direito, uma afetividade que segundo seu próprio relato “vem de longe”:

Meu tio-avô, Francisco Brant, foi diretor por um longo período e professor desde os tempos em que ela estava plantada em Ouro Preto. Meu pai, Moacyr Brant, foi premiado com a medalha Barão do Rio Branco, conquistada pelo aluno que tem as melhores notas em todo o seu período de curso jurídico. (...) Meu irmão, Roberto Brant, seguiu os caminhos indicados pelo pai e também recebeu essa comenda de mérito. (BRANT, 2012, p. 35).

As relações que o texto de Francisco Brant revela mais explicitamente, a leitura das revistas e outros materiais acerca da história da faculdade permitem estabelecer através da recorrência de sobrenomes. Embora este seja um aspecto que minha pesquisa foi capaz de somente entrever, indicando que as experiências envolvidas na produção do sentimento de “Vetusta Casa de Afonso Pena” precisam ser investigadas em outros níveis, leituras preliminares sugerem que algumas filiações que construíram e possibilitaram a continuidade de tais experiências não são apenas teóricas, relações entre mestres e discípulos, mas relações entre avós, pais e filhos.

Mais importante do que a descrição ou a análise dos processos, por se constituir numa história de “discípulos”, “sucessores” e “legados”, mesmo nos textos de “feição acadêmica” a história contada através das revistas da faculdade tem por característica a citação dos cargos, dos nomes das pessoas que os ocuparam e daquelas que as sucederam. Além dos funcionários, eventualmente mencionados, não faltam listas onde convivem nomes de professores antigos e atuais. É uma história que constrói linhagens no passado e no futuro. A partir da associação de quadros atuais a nomes “ilustres” do passado da faculdade, entendo que os textos da revista

projetam uma continuidade, ou pelo menos municiam simbolicamente os citados para as futuras lutas em torno de posições de destaque.

Neste sentido, a citação abaixo constitui apenas um dos vários exemplos possíveis de se encontrar nas revistas destes discursos de construção de linhagens através do estabelecimento de relações entre os nomes, e da ligação destes à “essência da própria Casa”, uma espécie de entrega de suas chaves. Não por acaso, nesta mesma citação é possível identificar vários dos adjetivos, valores e sentimentos já destacados anteriormente como componentes da ideia de Vetusta Casa de Afonso Pena:

A velha e austera casa de Afonso Pena e de João Pinheiro, e de Francisco Brant, e de Pedro Aleixo, e de Carlos Campos, de Antônio Gonçalves Chaves, de Mendes Pimentel, de Edmundo Lins, de Henrique de Magalhães Sales, de Villas-Boas, de Washington Peluso Albino de Souza, de Ariosvaldo de Campos Pires, de Valle Ferreira, de Lourival Vilela, de Wilson Mello da Silva, de Artur Ribeiro de Oliveira, de Lincoln Prates, de Aloizio Gonzaga de Andrade Araújo, de Messias Donato, de Alfredo Baracho, de Alberto Deodato, e de Mário Casasanta, – que fantástica galeria de professores e diretores – mais recentemente do grande - Filósofo Joaquim Salgado, e agora da Professora Amanda Flávio de Oliveira – Mestre e Doutora em Direito Econômico, um talento que já deveria estar no Supremo Tribunal Federal pela sua cultura jurídica –, a velha Casa, repito, é também um pouco minha pelos sete anos seguidos em que lá vivi. Convivência que permanece, embora esporádica, mas profundamente sentimental, até hoje. *E seria maior ainda se adotássemos, como na Europa, como nos Estados Unidos, uma política de manter o ex-aluno ligado à Instituição, criando entidades e meios para que isso se realize. É uma sugestão, se me permite.* (DOYLE, 2012, p. 34, grifo meu).

No trecho final da citação, mais uma vez, notamos o ressoar de um dos objetivos da associação Amigos da Vetusta, “*possibilitar que, cada vez mais, o sentimento de pertencimento à Vetusta se fortaleça e se perpetue*”. Essas ressonâncias, acredito, indicam a importância de “lugares de memória” como a edição comemorativa da RBEP. É através destas práticas, e da articulação entre elas, que ideias como a de “Casa de Afonso Pena” vão se (re)produzindo, ecoando, e conferindo aos seus herdeiros condições de poder favoráveis nos conflitos futuros.

No mesmo sentido, além de ser uma sobreposição quase perfeita do discurso de comemoração da Associação Atlética da Faculdade, citada a pouco – “*Somos o passado brilhante, o presente gigante e o desafio de mantê-lo*”, apresento a citação adiante como exemplo de algumas produções em torno do nome de Afonso Pena, patrono da FDCE. Além dele, outros “utópicos” e “cofundadores” também são produzidos como portadores de trajetórias dignas de lembrança:

As respostas que buscamos, todos aqueles que sonhamos o sonho de Afonso Pena e



dos cofundadores de nossa Faculdade, outra não pode ser que mergulhar nas mais elevadas tradições deste educandário que aprendemos a amar. Nosso caminho, daqui em diante, é genuinamente *neoclássico*: inovarmos a tradição, reconhecendo a herança que recebemos das gerações pretéritas como um legado *utópico* de construir nas Minas Gerais um centro de pensamento e compreensão do Estado e do Direito que não deva nada, em qualidade e excelência, a nenhuma outra universidade do mundo. Transformar a utopia de Afonso Pena, de Orlando Carvalho, de Alberto Deodato, de Washington Albino e de José Alfredo de Oliveira Baracho em uma realidade viva é a tarefa que nos incumbe. Nosso destino, o destino da Vetusta Casa de Afonso Pena, esta Casa da liberdade e do pensar jurídico-político interdisciplinar, é o de atendermos à tarefa que Roberto Mangabeira Unger propõe para as faculdades de Direito: tornarem-se verdadeiros centros de imaginação institucional. (HORTA, 2012, p. 214-215).

Tendo em vista a citação acima, bem como os efeitos dessa produção histórica no presente e futuro, ou seja, o modo como estes discursos operam nas lutas por representação e (in)validação de demandas e sujeitos, vale a pena perguntar: diante das demandas com as quais o Direito se depara atualmente, é possível ser imaginativo sonhando o mesmo sonho de Afonso Pena? É possível conciliar as demandas atuais do Direito com os sonhos de Afonso Pena?

Como espero ter permitido entrever durante o decorrer do trabalho, não é consenso na FDCE a valorização dos usos e significados associados a expressões como “Vetusta”, “Casa” ou “Casa de Afonso Pena”. No entanto, como preferi enfatizar, a vitalidade de tais discursos não acontece à revelia das pessoas que passam e passaram pela faculdade, ele foi e é produzido cotidianamente por diversas práticas e agências material-discursivas, e em diversas escalas daquele espaço social, e não por acaso. Neste sentido, a potência que essas imagens possuem ainda hoje podem ser compreendidas como uma derrota dos que pensam o contrário, ou, no mínimo, como indícios da pouca influência na produção destes objetos simbólicos daqueles que não estão alinhados aos que se alinham sob a linhagem do patrono.

### Considerações finais

Ao acompanhar os conflitos em torno da instalação de catracas na portaria da FDCE deparei-me com discursos que sugeriam que ali funcionava mais do que um espaço para ensino de Direito e Ciências do Estado. Percebi que mais do que um apelido, o nome “Casa de Afonso Pena” evidenciaria um sentimento de pertencimento. Hipótese confirmada tanto por alguns discursos enunciados durante a reunião de congregação quanto pelas leituras sobre a história da “Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes”, e que ajudaram a identificar qual tipo de história operava na construção das imagens mobilizadas pelos grupos e pessoas

engajadas na defesa da instalação de catracas na portaria da faculdade: a história genealógica publicada pelas revistas da FDCE.

Recheada de “mestres”, “ilustres”, “discípulos”, “sucessores” e “legados”, o papel desta história é legitimar determinada descendência, “assegurando, no seu traçado, a continuidade e a coesão de diversas gerações de uma família” (CANÊDO, 1994, p.99). Tal como analisa Canêdo (1994, p.99), a manipulação dos elementos da história coletiva de determinado grupo tem capacidade de aglutinar pessoas em torno de “uma mesma visão de mundo, oferecendo a elas uma identidade”.

Presentes no imaginário de muitos professores, funcionários e estudantes da FDCE, e articulada também através de placas, bustos e outras materialidades presentes naquele espaço, as imagens envolvidas nesta identidade foram fundamentais para a mobilização daqueles que defendiam a instalação de catracas na portaria da faculdade. Na verdade, talvez caiba perguntar sobre a importância destas imagens para manutenção das catracas que desde sempre tem existido em espaços de (re)produção de elites como a FDCE, bem como sobre o papel da história no fechamento físico e simbólico destes espaços para grupos historicamente subalternizados.

### Referências bibliográficas

AMIGOS DA VETUSTA. Belo Horizonte, [20--] . **Introdução**. Disponível em: <http://www.amigosdavetusta.com.br/>. Acesso em: 21 de dez. 2016.

ATLÉTICA DIREITO UFMG. Belo Horizonte: **Facebook**, 5 nov. 2015. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/atleticadireitoufmg/photos/quem-veste-a-camisa-da-vetusta-sabe-o-quanto-%C3%A9-dif%C3%ADcil-encarar-os-treinos-nos-fi/135000946859563/>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BOURDIEU, Pierre. “A força do Direito: elementos para uma sociologia do Campo Jurídico”. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 209-254.

BRANT, Fernando. “O jovem e a Faculdade de Direito”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 40, p.35-36, jul-dez. 2012. Semestral.

CANÊDO, Leticia Bicalho. “Caminhos da memória: parentesco e poder”. **Revista Textos de História**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p.85-122, 1994.

\_\_\_\_\_. “Um capital político multiplicado no trabalho genealógico”. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 15, p.55-76, jan.-jun. 2011.

DERZI, Misabel de Abreu Machado, MIRANDA AFONSO, Elza Maria. **Dados para uma História da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2v. Belo Horizonte; Imprensa Universitária da UFMG, 1976.

DIAS, Deoclécia Amorelli. “Ali plantei os melhores sonhos”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 40, p.23-26 jul-dez. 2012. Semestral.

DOYLE, Fábio Proença. “O primeiro dia ninguém esquece”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 40, p.27-34, jul-dez. 2012. Semestral.

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG. Belo Horizonte, 2011. **Histórico**. Disponível em: <[https://www.direito.ufmg.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=40&Itemid=188](https://www.direito.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=40&Itemid=188)>. Acesso em 13 de fev. 2017.

HEYMANN, Luciana Quillet. “Memórias de elite: arquivos, instituições e projetos memoriais”. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v.8, n.15, p. 77-96, jan.-jun. 2011.

HORTA, José Luiz Borges. “Interdisciplinaridade, Direito e Estado: memórias da Faculdade de Direito da UFMG”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 40, p.193-218, jul-dez. 2012. Semestral.

HORTA, Raul Machado. “A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais no Centenário de sua Fundação”. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, v. 34, n. 34, p. 15-46, 1994.

\_\_\_\_\_. Raul Machado. “A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais no 85º Aniversário de sua fundação”. **Revista da Faculdade de Direito**, Belo Horizonte, n. 19/20, p.274-315, maio-out. 1978.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa (Ed.). “Apresentação”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 40, p.3-4, jun-dez. 2012. Semestral.

MIRANDA, Bernardo. “Pátio de Escola de Direito da UFMG é área de consumo de droga”. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 05 de maio. 2015. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/p%C3%A1tio-de-escola-de-direito-da-ufmg-%C3%A9-%C3%A1rea-de-consumo-e-venda-de-droga-1.1033868>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

MOVIMENTO TERRITÓRIO LIVRE. Belo Horizonte: **Facebook**, maio 2015. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/movimentoterritorialivre/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/movimentoterritorialivre/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 21 dez. 2016.

MOVIMENTO TERRITÓRIO LIVRE. Nota de repúdio. Belo Horizonte: **Facebook**, set. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentoterritorialivre/posts/953524571388040>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

MOVIMENTO TERRITÓRIO LIVRE. Belo Horizonte: **Facebook**, 29 set. 2015. Disponível

em: <<https://www.facebook.com/movimentoterritorialivre/posts/953181801422317>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

MOVIMENTO TERRITÓRIO LIVRE. Foi Aprovado!!!. Belo Horizonte: **Facebook**, 6 nov. 2015. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/movimentoterritorialivre/videos/971276519612845/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PORTARIA nº4 (2016, 19 janeiro). Resolve sobre o acesso às dependências da Faculdade de Direito da UFMG a partir de 22 de fevereiro de 2016. **Faculdade de Direito da UFMG**, Portaria, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.direito.ufmg.br/images/stories/documentos/portarias/2016/portaria042016.pdf>>. Acesso em 13 de fev. 2017.

RANKING aponta Faculdade de Direito da UFMG como a melhor do Brasil. [Belo Horizonte]: **OAB Minas Gerais**, 22 set. 2016. Disponível em: <<https://oab-mg.jusbrasil.com.br/noticias/387717693/ranking-aponta-faculdade-de-direito-da-ufmg-como-a-melhor-do-brasil>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

RANKING cursos de direito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2016. RUF. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-cursos/direito/>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

**REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS**. Edição Comemorativa dos 120 anos da Faculdade de Direito da UFMG (1892 - 2012). Belo Horizonte, n. 40, jul-dez. 2012. Semestral. 279p.

SILVA, José Anchieta da. “Affonso Augusto Moreira Penna: duas vezes o criador da primeira Faculdade de Direito em Minas Gerais”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 40, p.177-192, jul-dez. 2012. Semestral.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

VAZ, Isabel. “O melhor caminho: lembranças da Faculdade de Direito da UFMG”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 40, p.45-61, jul-dez. 2012. Semestral.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. “Faculdade de Direito da UFMG cenáculo do Direito, sementeira de homens públicos”. **Revista Justiça & Cidadania**, Rio de Janeiro, n.150, p. 18-24, fev., 2013.

WERNECK, Gustavo. Escola de líderes e de excelência na área do direito comemora aniversário em BH. **Jornal Estado de Minas**, Gerais, 27 out. 2012. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/10/27/interna\\_gerais,325896/escola-de-lideres-e-de-excelencia-na-area-do-direito-comemora-aniversario-em-bh.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/10/27/interna_gerais,325896/escola-de-lideres-e-de-excelencia-na-area-do-direito-comemora-aniversario-em-bh.shtml)>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Recebido em: Abril de 2018  
Aprovado em: Fevereiro de 2019